



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO**  
**CAMPUS BAIXADA SANTISTA**



**GABRIELA DE DONÁ VIEIRA MIGUEL**

**AS POSSÍVEIS CAUSAS DA INFRAÇÃO NA ADOLESCÊNCIA:  
PARA ALÉM DO SOCIALMENTE IMPOSTO**

**SANTOS**

**2018**

**GABRIELA DE DONÁ VIEIRA MIGUEL**

**AS POSSÍVEIS CAUSAS DA INFRAÇÃO NA ADOLESCÊNCIA:  
PARA ALÉM DO SOCIALMENTE IMPOSTO**

Trabalho de Conclusão de Curso,  
apresentado como exigência parcial para  
obtenção de grau de Serviço Social, ao  
Instituto de Saúde e Sociedade da  
Universidade Federal de São Paulo –  
*campus* Baixada Santista.

Orientadora: Ana Maria Ramos Estevão

SANTOS

2018

Ficha catalográfica elaborada por sistema automatizado  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M636p Miguel, Gabriela de Doná V.  
AS POSSÍVEIS CAUSAS DA INFRAÇÃO NA ADOLESCÊNCIA: PARA  
ALÉM DO SOCIALMENTE IMPOSTO. / Gabriela de Doná V  
Miguel; Orientadora Ana Maria Ramos Estevão. --  
Santos, 2018.  
35 p. ; 30cm

TCC (Graduação - Serviço Social) -- Instituto Saúde  
e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, 2018.

1. Adolescente. 2. Ato Infracional. 3. MSE. 4.  
Família. 5. Trabalho Profissional. I. Estevão,  
Ana Maria Ramos, Orient. II. Título.

CDD 361.3

Bibliotecária Daianny Seoni de Oliveira - CRB 8/7469

**FOLHA DE APROVAÇÃO**  
**GABRIELA DE DONÁ VIEIRA MIGUEL**

**AS POSSÍVEIS CAUSAS DA INFRAÇÃO NA ADOLESCÊNCIA: PARA  
ALÉM DO SOCIALMENTE IMPOSTO**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como exigência parcial para obtenção de grau de Serviço Social, ao Instituto de Saúde e Sociedade da Universidade Federal de São Paulo – campus Baixada Santista.

**Santos, 13 de Dezembro de 2018**

---

Prof. Dra. Ana Maria Ramos Estevão  
(Orientadora)

---

Prof. Dra. Renata Cristina Gonçalves dos Santos  
(Convidada)

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer inicialmente aos meus pais, Adilson e Andréia que desde sempre me incentivaram a buscar os meus sonhos e não desistir deles, me ensinaram que eu poderia alcançar os lugares mais altos, sempre batalhando e com respeito ao próximo, investiram tempo, esperança e confiança em mim, e me deram muito amor e são minha inspiração, principalmente minha mãe enquanto mulher, guerreira, trabalhadora, mãe, filha, amiga, verdadeira, leal e muito amorosa.

Aos meus segundos pais durante essa jornada na UNIFESP, meus avós Paul e Iara que me proporcionaram momentos muito bons nos piores dias da graduação, compartilhamos risadas e muito conhecimento. Me acolheram em sua casa, e não me deixaram me preocupar com nada além da minha formação.

Às minhas irmãs Karen e Isabela e meu afilhado Gabriel, que são minha motivação mesmo sem saber, a ser um exemplo e orgulho para elas, principalmente a minha irmã Isa que divide não só os pais, mais o quarto também e escuta todas as minhas angústias, minhas loucuras e me amparou sempre que precisei.

Ao amor da minha vida, Leandro que foi mais que um namorado, noivo, é meu companheiro de todos os momentos. Deu cor aos meus dias mais tristes, e completou os mais alegres, me aceita como eu sou, me ama e me respeita, um verdadeiro príncipe.

Aos meus familiares, principalmente os ‘Zanardi’ que sempre me incentivaram a estudar e ir atrás dos meus sonhos, e nunca desistir deles. Me deram as broncas mais amorosas, que me fazem refletir e sempre querer melhorar, mesmo de longe, são fundamentais no meu processo de formação.

Às amigas que fiz nesse ambiente caótico, “as ++ de s.s.” que me proporcionaram trocas de conhecimento, os melhores trabalhos em grupo, me deram suporte quando precisei e as melhores descontrações nos fins de semana. Em especial, minha amiga e companheira de ‘Tático’, Magna, que iniciou a jornada dessa pesquisa comigo, me deu colo quando precisei e com quem tenho as melhores conversas. E também minha amiga de antes da graduação Nicoli, que sempre me incentivou e me apoiou desde adolescência.

A algumas docentes do curso de Serviço Social, que me agregaram mais do conhecimento intelectual, mas também cultural e pessoal, principalmente minha orientadora de TCC, Ana Maria que desde o início roubou meu coração com a sua história de luta, vida e todo seu

conhecimento, me fortaleceu nesse último ano e me acompanhou até aqui e a Renata, que é minha idealização de mulher negra, guerreira e inteligência, dentro dessa universidade, e foi uma mãe para no período mais delicado da minha graduação e hoje é a leitora de minha pesquisa.

Minha supervisora de estágio Regina, que é minha inspiração profissional, me ensinou e agregou muito no meu processo de formação, e tornou-se mais do que uma supervisora, virou uma amiga e conselheira, me acolheu e fortaleceu para eu não desistir. É alguém que quero na minha vida inteira.

A todos que compuseram de forma positiva a minha graduação, me incentivaram e deram forças e ânimos para continuar, alguns colegas de sala; a galera do projeto de extensão Flow Feeling, Cardume, da república, meu muito obrigado.

E por último, mas o mais importante a Deus, que iluminou meu caminho com muito amor, graça, sabedoria, e esteve sempre ao meu lado, fortalecendo meu espírito para não desistir de tudo.

A todos vocês, minha imensa gratidão.

## **RESUMO**

Este trabalho de conclusão de curso tem como objeto de estudo as possíveis causas que levam os adolescentes a cometer atos infracionais, além das condições socioeconômicas, impostas pela sociedade. Além de ser uma breve passagem histórica sobre as políticas assistenciais para adolescentes e definição de adolescência e ato infracional, a pesquisa busca explicitar os 6 tipos de medidas socioeducativas. O olhar do profissional para esses adolescentes e quais as possibilidades a serem desconstruídas e suas outras perspectivas de vida também estarão no horizonte deste trabalho.

**PALAVRAS – CHAVE:** Adolescente. Ato infracional. MSE. Família. Trabalho profissional

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	7
2. PARTE I: ADOLESCÊNCIA E ATO INFRACIONAL .....	10
Medidas Socioeducativas .....	16
3. PARTE II: AS POSSÍVEIS CAUSAS DA INFRAÇÃO .....	22
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	30
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	33
6. ANEXOS .....	35



## INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objeto de estudo as possíveis causas que levam os adolescentes a cometer atos infracionais, além das condições socioeconômicas, impostas pela sociedade consumista que vivemos.

Atualmente, estudos apontam as causas socioeconômicas impostas pela sociedade onde o objeto é valorizado e o sujeito desvalorizado, como as predominantes para levar adolescentes, em sua maioria periféricos, a cometer ato infracional, ou seja, “Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.” (Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº8.069/1990).

O Ato infracional é o ato condenável, de desrespeito às leis, à ordem pública, aos direitos dos cidadãos ou ao patrimônio, cometido por crianças ou adolescentes. Só há ato infracional se àquela conduta corresponder a uma hipótese legal que determine sanções ao seu autor. No caso de ato infracional cometido por criança (até 12 anos), aplicam-se as medidas de proteção. Nesse caso, o órgão responsável pelo atendimento é o Conselho Tutelar. Já o ato infracional cometido por adolescente deve ser apurado pela Delegacia da Criança e do Adolescente a quem cabe encaminhar o caso ao Promotor de Justiça que poderá aplicar uma das medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Com o desejo de possuir objetos socialmente enriquecedores, como: os calçados e roupas de grife, veículos automotores(motos primordialmente) os menores desde sua infância, estão expostos ao meio de consegui-los de forma rápida, mas nem sempre lícita, como muitos dizem “é o caminho mais fácil”, entretanto as causas da infração podem estar para além da aquisição de bens materiais, ou daquilo que faz parte do limitado imaginário da nossa sociedade. Tal descrição está ligado a desigualdade social na qual estão englobados, marcados principalmente pela má distribuição de renda na sociedade, sendo uns detentores de muitos bens, enquanto outros vivem na extrema miséria. ou seja, desigualdade econômica.

Há exceções onde as possíveis causas estão envolvidas com suas singularidades, consciência de si, das vivências pessoais e do meio mais próximo. Como exemplo podemos citar, a personalidade que é adquirida durante a infância, como é o caso das crianças e adolescentes desobedientes, com dificuldade para aceitar regras e limites e que desafiam a autoridade de pais ou professores podendo ser levadas ao ilícito, violência, influência, domínio e entre outras que são admiradas entre os núcleos em que convivem.

O adolescente apresenta uma vulnerabilidade especial para assimilar os impactos projetivos de pai, irmãos, amigos e de toda a sociedade. Ou seja, é um receptáculo propício para encarregar-se dos conflitos dos outros e assumir os aspectos mais doentios do meio em que vive. Knobel (1989: p. 7)

A falta de presença representativa inconscientemente paterna, podendo ser o próprio pai biológico, avô, tio, irmão, padrasto, ou alguém que tenha a posição de determinação de regra e limites na criação do adolescente, ou também quando há quebra do núcleo familiar, pois querendo ou não a família é um suporte básico do desenvolvimento emocional e social, pode levar a comportamento arisco, independentemente de sua composição. Por isso, como discorre LEVISKY “Quando falamos de pai ausente o entendemos não no sentido físico mas principalmente, ausente na vida intrapsíquica da criança [...] O papel principal do pai não é o da relação vivida, nem o da procriação, mas o da palavra que significa lei. “(1998, p 115.)

Não há como enxergar os adolescentes apenas como reprodutores da questão social propriamente dita no mundo do crime, precisamos observá-los com suas especificidades humanas, podendo assim talvez diminuir os índices de infração e reinfração, quando a criança ou o adolescente volta a cometer o ato infracional, e expandi-los a novas possibilidades.

Entende-se que por falta de oportunidades para jovens periféricos, a valorização das pessoas a partir de sua posição financeira, o meio em que estão inseridos, uma vez que há um maior reconhecimento do ilegal, como a forma mais prática de alcançar objetivos pessoais, também são fatores que levam os adolescentes a infração, entretanto é necessário compreender as razões através do conhecimento dos motivos inconscientes, ou seja para além do processo do judiciário, mas sim a história da família reconhecida pelo jovem.

Sendo assim, o trabalho do assistente social nestes casos, não será baseado na construção de formas alternativas de vida como o estudo, ou levar o jovem a uma reflexão crítica sobre os

efeitos do sistema capitalista em sua realidade e sim na desconstrução, ainda que inconsciente, pessoal da representação da infração.

Estuda-se então a hipótese de que a personalidade da criança ou do adolescente, a relação familiar e idealização do modo perfeito de vida (baseado na linguagem atual dos jovens ‘a ostentação’), poderiam acarretar em possíveis infrações durante a adolescência. Através de estudo bibliográfico e observação das trajetórias de vida dos jovens que cometeram infração e de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa na perspectiva de identificar e dar visibilidade às causas sociais e psíquicas que levam adolescentes e jovens a cometerem atos infracionais, compreendendo a totalidade dos sujeitos em sua singularidade

Através de instrumentais como: a entrevistas retiradas de fontes secundárias( livros, artigos, documentários) que deem enfoque a subjetividade do adolescente será possível perceber as hipóteses levantadas nessa pesquisa de caráter qualitativo, descritivo e exploratório, para responder a questões intrínsecas à particularidade dos motivos que atraem autorias de infração por adolescentes na tentativa de ver o indivíduo não mais como objeto, mas como sujeito do conhecimento e da história. (MILLS, 1959).

Será utilizado principalmente para as entrevistas por fontes secundárias, o livro e documentário “Falcão: Meninos do Tráfico”<sup>1</sup> mediante ao auxílio de um roteiro de perguntas e o diário de campo de estágio<sup>2</sup> o qual pretende-se entender a sua personalidade e sua construção familiar.

Além de ser uma breve passagem histórica sobre as políticas assistenciais para adolescentes e definição de adolescência e ato infracional, a pesquisa busca explicitar os 6 tipos de medidas socioeducativas, que são: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e a internação.

E finalmente pretende verificar qual o trabalho do assistente social mediante a problemática interdisciplinar. O olhar do profissional para esses adolescentes e quais as possibilidades a

---

1 O livro é um relato pessoal de Celso Athayde e MV Bill dos bastidores da produção de um documentário explosivo sobre o universo dos meninos que trabalham no tráfico de drogas em diversas partes do país. Narrado em primeira pessoa, o livro revela as dramáticas experiências que os autores vivenciaram antes e durante a realização do documentário Falcão, projeto que iniciaram em 1998 e terminaram em 2006.

2 Estágio no Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) de São Vicente da área Insular.

serem desconstruídas e suas outras perspectivas de vida também estarão no horizonte deste trabalho.

## PARTE I

### ADOLESCÊNCIA E O ATO INFRACIONAL.

Para iniciar o debate sobre a adolescência e ato infracional cabe ser apresentada a definição de adolescência para a sociedade em questão, através das leis, direitos e políticas públicas atuantes para esses sujeitos, juntamente com a representação real do quem é o “menor”, ou seja, quem são e como são vistos socialmente.

Compreender também o que é o ato infracional, os seis tipos que medidas socioeducativas, e quais são as perspectivas sociais para o adolescente em conflito com a lei.

Muitas definições sociopolíticas para o termo adolescência podem ser encontradas na sociedade brasileira, desde as políticas de saúde até o código penal, contudo quem são esses sujeitos que perpassam ao longo da história nacional com dificuldades para se afirmarem como prioridade absoluta do Estado?

De acordo com o Aurélio<sup>3</sup> adolescência é *“o período da vida humana que sucede à infância, começa com a puberdade, e se caracteriza por uma série de mudanças corporais e psicológicas (estende-se aproximadamente dos 12 aos 20 anos)”* entretanto para a construção ética e política as definições do adolescente são ampliadas à condições específicas como a faixa etária, para além do biológico e perceptível.

---

<sup>3</sup> Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, de 1975

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069, de 1990, considera criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos e define a adolescência como a faixa etária de 12 a 18 anos de idade (artigo 2º), e, em casos excepcionais e quando disposto na lei, o estatuto é aplicável até os 21 anos de idade (artigos 121 e 142, além do mais fica subentendido a partir da defesa dos direitos que o ECA ao se referir ao “estado” de criança e adolescente, quis caracterizar aqueles seres humanos em peculiares condições de desenvolvimento, devendo ser, em todas as hipóteses, respeitados. Para a Constituição Federal de 1988, no artigo 277 entende-se que a criança e o adolescente, independentemente de sua classe social, são vistos como sujeitos de direito e prioridade nacional.

Entretanto desde as primeiras constituições brasileiras, os adolescentes que se destacam na legislação, é a juventude que se encontra exposta à risco social e consequentemente cometendo ações que eram previstas no código penal como crimes, ou seja, a “*infância moralmente desassistida*” (LEITE, 2009)

Contudo as problemáticas atenuaram - se e as medidas de assistência passam a ser extremamente punitivas e segregacionista e os adolescentes, agora “menores” são avaliados nas mesmas condições do código penal, crescendo o índice de criminalidade juvenil e voltando os olhares da sociedade, não como o futuro da nação mas sim o problema da desordem e da falta de segurança pública, promovendo internações que os mantinham por longos anos causando deficit na educação e nas relações sociais.

Percebe-se assim que a sociedade passa a ter dois conceitos de adolescentes, um é dos adolescentes que estão protegidos em seus âmbitos familiares, com saúde, e educação, lazer, alimentação como previsto em diversos incisos do ECA, e outro é o de menores que estão são vítimas das expressões da questão Social, reafirmando então Eva Blay no livro organizado por Levisky ‘Adolescência e Violência’, o conceito de adolescente é ideológico a partir de que está sobrecarregado de preconceito e estigmas, notório a partir de:

[...]nossos filhos ou parentes são crianças, os filhos dos pobres ou abandonados são “menores”. Aparentemente, ao nos referirmos à adolescência, esta conotação ideológica não aparece de imediato. Será que ela inexistente? Se da criança pobre a sociedade retira a faixa da infância, qual a idade da adolescência? ( Blay, 2000 p.35)

Atualmente essa realidade torna-se cada vez mais expressiva, com a inversão de valores proposta pelo sistema, há uma troca de visão sobre os problemas da sociedade. Os

“trombadinhas” (termo pejorativo para referir-se à adolescentes infratores) cada vez mais percebem a desigualdade dos meios em que estão inseridos, tendenciando-os a ficar mais distante do ideal de adolescente e futuramente do “cidadão de bem”, sendo esquecidos como prioridade absoluta e reafirmados como criminosos, o que os sentencia durante toda sua trajetória, excluindo suas realidades objetivas e subjetivas e categorizando-os como a futura incógnita da sociedade.

Qual olhar é necessário ter para esse jovem? Se os estereótipos e conceitos pré-definidos sobre a juventude periférica fossem alterados, seria possível modificar a noção de adolescente que está instaurada na sociedade? Quais os problemas que desde cedo crianças e adolescentes pobres estão enfrentando, devido ao estigma que carregam (a pobreza)?

Olhar para o adolescente infrator, significa olhar para jovens que possuem histórias de vida opostas ao que se espera para uma criança, com um lar; uma família; educação; lazer; saúde; alimentação; laços afetivos, quer dizer que os processos pelos quais precisaram passar desde a infância é traçado por lutas de sobrevivência diariamente, é entender que em sua maioria estamos olhando para a juventude pobre.

Entretanto nem sempre é condizente a relação adolescente—pobreza—infração, pois há nesse universo de adolescente em conflito com a lei variações múltiplas, ou seja, nem todo adolescente periférico irá cometer infração, pois ainda que poucas, aprecem oportunidades que os distanciam de conflitos com a lei, como um projeto social, ou um reconhecimento escolar, bem como nem todos os adolescentes de classe média irão ficar distantes de delitos, uma vez que a ‘onda’ de ser reconhecido como ‘o bonzão’ no grupo com qual se relaciona, devido a suas construções, pode ser um fator determinante para cometerem ato infracional.

Concomitantemente as relações de poder estabelecidas na sociedade atual, podem motivar adolescentes de diferentes classes sociais a infracionarem, a sensação de novas descobertas que possibilita o sentimento de potência máxima, *“colocando no adolescente a sensação de onipotência e buscando o sentido da própria existência, afastando a ideia de morte, experimentando paradoxalmente o perigo”* (Schneider, 2005, p. 94) incentivando-os a ter ações que nem sempre estão dentro do código moralmente aceito na sociedade, contudo as

mesmas atitudes são aceitas e propagadas em alguns meios em que estão frequentando, devido aos paradigmas que estão preestabelecidos.

Exemplificando tal hipótese nota-se ainda que, o chefe do tráfico é respeitado na comunidade por inúmeros “movimentos sociais” desenvolvidos por eles, todavia para os adolescentes, eles são engradevidos pelos automóveis, as mulheres, o dinheiro que possuem e o “medo” que geram na sociedade fora da comunidade.

[...]outro jovem destaca que as pessoas que apresentam envolvimento com delitos são valorizadas. [...] A violência surge, nesses casos, como forma de valorização dos jovens, associada à virilidade e à masculinidade. Considerando-se que o período da adolescência é marcado pela busca da identidade e do reconhecimento, esses aspectos assumem importantes dimensões. Ramos (2006, p. 11)

Esta admiração não é característica apenas dos meninos da favela, mas também, como dito acima, entre alguns adolescentes com boas condições financeiras e alta renda , e por não terem contato com o meio desses chefes do tráfico, acabam cometendo delitos entre os amigos, ou por influência dos mesmos, como descrito no artigo de Maíz Ramos Junqueira:

[...] O grupo de amigos, não necessariamente da própria comunidade onde residiam, foi considerado importante pelos jovens. [...] A tendência grupal é característica na adolescência, de maneira que o processo de identificação com as amizades é muito forte. Nessa perspectiva, o grupo de amigos passa a ocupar um lugar privilegiado, havendo uma espécie de afastamento dos familiares. Essa experiência é importante para os adolescentes, pois lhes possibilita a construção de uma vida autônoma [...] (p.10)

Essas variações de adolescentes que cometem ato infracional, eventualmente tornam-se motivos socialmente impostos a esse quadro de jovens, juntamente ao uso de drogas, a falta de emprego, porém a longo dessa pesquisa pretende-se discutir as demais causas que podem ou não estar associadas a estas.

Ainda que diferentes, esses adolescentes têm em comum uma singularidade o ato infracional, mas o que é o ato infracional? O que acontece com os adolescentes que cometem delitos? Qual a proteção, e qual a punição a que esses jovens estão expostos?

Como citado anteriormente a trajetória de crianças e adolescentes no Brasil, perpassa pela complexidade da caracterização do período da adolescência, ainda que biologicamente a



estruturação seja equivalente, crianças e os jovens pobres ou o que estavam sob perigo (considerados a partir do Estado), foram identificados de uma peculiar maneira como MENORES. Uma vez que esses menores estavam em condições de vulnerabilidades socioeconômicas, alguns destes passaram a cometer o que poderia ser configurado como crime (posteriormente ato infracional), através de condutas ilegais.

Com a industrialização progressiva da sociedade brasileira e a esquematização do sistema de classes <sup>4</sup> e consequentemente o aumento da pobreza, falta de saúde, educação e lazer, públicos de qualidade, consequentemente um maior número abandonos infanto-juvenis, por falta de condições financeiras, uma expansão de crianças morando nas ruas devido às violências que sofriam em suas casas, além dos muitos adolescentes expostos a globalização e a tipificação de valores humanos a partir de bens de consumo, progrediu o número de atos infracionais, ainda denominados delitos.

Preocupados com o bem da sociedade e o controle da segurança pública, visto que anteriormente tal realidade estava encoberta, a partir de 1926 no governo de Washington Luís a problemática passa a ser enfrentada, com uma lei específica para esses adolescentes, ou os menores de 18 anos, sancionada em 1927, o Código de Menores e segundo a autora Ligia Costa Leite:

A importância desse Código foi instruir o Direito do Menor, cujo objetivo era proporcionar um tratamento específico de proteção, baseado em normas próprias e diferente das dispensadas aos adultos. A lei dizia: “O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente medidas de assistência e proteção contidas neste Código”.

Tais impasses resultaram em um novo código para tentativa de conciliar a punição e garantir o desenvolvimento dos jovens que estavam com pendências judiciais, o Código de Menores de 1979 que tinha como objetivo proteger os menores dos perigos ao qual estavam submetidos devido a suas condições socioeconômicas, caso sendo necessário “acolher” esses adolescentes em determinada delegacia para a compreensão de suas situações familiares acarretando em um pré conceito de “delinquentes”, reafirmando assim o estigma que é sustentado até os dias atuais.

---

4 Karl Marx, separava as classes sociais pelo seguinte aspecto: a relação dos donos do capital e os vendedores de força de trabalho, que é o patrão e o proletariado. É através dessa segregação que nasce a desigualdade econômica e consequentemente as desigualdades sociais.

Visto que esse código não atendia à proteção básica ao adolescente em conflito com a lei, após muita luta, em 1990 foi sancionado o Estatuto da Criança e do adolescente (ECA), visando assegurar a Constituição Federal (CF) de 1988, a condição de prioridade absoluta à criança e ao adolescente, além de garantia dos direitos de saúde, educação, lazer, alimentação e habitação, bem como garantir qualidade de vida para a pessoa de 0 à 18 anos (com exceções até os 21 anos), além de intervir na situação dos adolescentes em conflito com a lei. É a partir do ECA, que surgem as políticas de “punição” e proteção do adolescente infrator e “[...]substituição do modelo punitivo e coercitivo pelo da reabilitação psicossocial e da reinserção na sociedade; abolição do termo menor, que rotulava crianças e adolescentes passíveis de segregação.” (LEITE, 2009: p.48). A partir do quadro (figura 1)<sup>5</sup> de Lígia C. Leite possível notar as diferenças do C.M. para o ECA, a partir da variante de que o adolescente em conflito com a lei, e não delinquente, é uma excepcionalidade e deve ser observado diferentemente.

O ato infracional é definido segundo o artigo 103 do ECA como: “a conduta descrita como crime ou contravenção penal”,<sup>5</sup> entretanto defende o direito do adolescente de inimputabilidade (não podendo ser julgados a partir do Código Penal ao descrever sua base retirada da CF de 88 no artigo 208 “São penalmente inimputáveis os menores de 18 anos sujeitos às normas da legislação especial.” todavia não exaure de sua ação, sugere então a aplicação de medidas não somente punitivas mas, principalmente de proteção e ressocialização. Além de materializar a teoria de sujeito de direitos e consequentemente de deveres, “elevados à condição de cidadãos” “em sua qualidade de pessoa em desenvolvimento” ao responsabilizá-los: “culpabilidade e punibilidade” por suas ações, como descrito no texto de Maria Liduina:

[...] significado de inimputabilidade é importante porque supera o eufemismo da falsa proteção, institui os mecanismos de defesa e de controle sociopenal, não valoriza a impunidade e implementa um modelo garantista com severidade e justiça. Enfim, garante os mecanismos de proteção jurídica, de exigibilidade da legalidade e de efetivação do sistema de direitos/garantias: caso inexistisse esse sistema, estariam sendo negados todos os direitos de defesa do adolescente. (2011, p. 154)

---

<sup>5</sup> Crime é uma ação praticada que vai contra a lei penal. Contravenção penal consiste em infração penal de baixa gravidade. Os **crimes admitem como penalidade a reclusão ou detenção**, as contravenções penais têm como principais penas a **prisão simples e/ou o pagamento de multas**.

O ato infracional é uma conduta específica para a faixa etária de 14 a 21<sup>6</sup> anos uma vez que crianças podem ter ações que estão configuradas no código penal mas segundo o artigo 101 do ECA, não cometem ato infracional e não são suscetíveis às medidas socioeducativas, mas sim as medidas protetivas, que são discriminadas no artigo 101, devido a observação do contexto ao qual a criança está inserida, ou seja, se está em “*situação de risco pessoal e social*”, ou ainda em vulnerabilidade socioeconômica.

O adolescente ao cometer o ato infracional após passar pelos trâmites jurídicos, audiência de apresentação e apresentação em continuação, e ser atribuído um ato infracional é sentenciado a uma medida socioeducativa, que será cumprida em serviço definido pelo município (se for medida em meio aberto) ou pelo estado federal (privação de liberdade) desde que tenha elos com o setor de média complexidade da assistência social, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, uma vez que já há violação de direitos, com uma equipe multidisciplinar composta por assistente social, psicólogo, pedagogos e orientadores de medidas.

## **AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS**

Ainda que sejam inimputáveis, os adolescentes em conflito com a lei passam por um “julgamento” que os sentencia ao cumprimento de medidas socioeducativas de acordo com o artigo 112<sup>7</sup>, que têm como intuito não a penalização, mas sim a tentativa de ressocialização desse jovem, a partir de outras perspectivas, como por exemplo o incentivo – obrigatório – ao término do ensino regular, ou simplesmente causar um impacto que seja significativo para manter esse adolescente longe de novas infrações.

Os objetivos estão indicados no art. 1, parágrafo 2, da Lei n. 12.594 (SINASE). Entende-se por medidas socioeducativas as previstas no art. 112, as quais têm como objetivos:

**I - A responsabilização do adolescente** quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação;

**II – a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos** individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento;

---

<sup>6</sup> O parágrafo único no artigo nº 104 do ECA determina proteção aos jovens até os 21 anos, devido o ato infracional ser avaliado a partir da idade em que foi cometido e não segundo a idade que o mesmo possuir no encontro com o judiciário.

<sup>7</sup>

*Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: I – advertência; II - obrigação de reparar o dano; III - prestação de serviços à comunidade; IV - liberdade assistida; V - inserção em regime de semiliberdade; VI - internação em estabelecimento educacional; VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.*

**III – a desaprovação da conduta infracional**, efetivando as disposições da sentença, como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei. (Rossato, et al. 2015)

Para a aplicação das medidas socioeducativas <sup>7</sup> sugere-se que seja posto sobre observação as características do ato infracional cometido, as peculiaridades do adolescente que o cometeu e suas necessidades pedagógicas, e sempre preferencialmente as medidas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. A partir disso as medidas podem ser subdivididas em duas: em meio aberto na que se considerar: a gravidade da infração; as condições de cumprimento e as circunstâncias em que foi praticado o ato, e as de restrição de liberdade –em casos extremos – onde é avaliado pelo juiz: há possibilidade de outra medida cabível para o adolescente e se o ECA autoriza a internação de acordo com o artigo 122. Observa-se a partir desse ponto a descrição das medidas.

### **Advertência**

Art. 114. A imposição das medidas previstas nos incisos II a VI do art. 112 pressupõe a existência de provas suficientes da autoria e da materialidade da infração, ressalvada a hipótese de remissão, nos termos do art. 127.

*Parágrafo único. A advertência poderá ser aplicada sempre que houver prova da materialidade e indícios suficientes da autoria.*

O objetivo desta medida é alertar o adolescente e seus pais ou responsáveis para os riscos do envolvimento no ato infracional. Podendo ser aplicada sempre que houver prova da materialidade da infração e indícios suficientes de autoria. O adolescente é ouvido, e a partir de então o juiz determina ou não uma sentença, caso não seja aplicada nenhuma das demais medidas, é dado uma repreensão no jovem e um aviso para possibilidades de futuras infrações

### **Reparação de danos**

Art. 116. Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.

*Parágrafo único. Havendo manifesta impossibilidade, a medida poderá ser substituída por outra adequada.*

Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais poderá ser aplicado a medida prevista de reparação de danos, onde é determinando que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou por outra forma compense o prejuízo da vítima.

### **Prestação De Serviços À Comunidade**

Art. 117. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

Parágrafo único. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do *adolescente*, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho.

A medida socioeducativa de prestação de serviços comunitários, por período máximo de seis meses, junto a serviços de assistência, hospitais, escolas e outros locais semelhantes, e ainda em programas comunitários ou governamentais ou não governamentais. O prazo de tais medidas deve ser proporcional à gravidade do ato praticado, podendo ser aplicadas em qualquer dia da semana, geralmente oito horas semanais, entretanto não deve prejudicar a jornada escolar ou de trabalho.

As atividades são definidas pelos locais onde os adolescentes estão inseridos, mas é feito o acompanhamento tanto do desenvolvimento e relação com o local do jovem, no serviço determinado pelo município, ligado a média complexidade pela técnica de referência, preza-se pela valorização do e pelo jovem, bem como respeito e responsabilidade.

Geralmente são Organizações Sociais (OS), locais públicos como museus, parques, bibliotecas e até mesmo instituições privadas, ou seja, parcerias feitas com a cidade onde o adolescente está cumprindo a medida.

### **Liberdade Assistida**

Art. 118. A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

§ 1º A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

§ 2º A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor.

Esta medida destina-se a acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente. O caso será acompanhado por um técnico do serviço de média complexidade, geralmente nos CREAS. Nos atendimentos, geralmente quinzenais é feita a acolhida e escuta dos adolescentes, bem como construído conjuntamente o Plano Individual de Atendimento (PIA), onde é observado a constituição familiar, renda, saúde, educação, além traçar com o adolescente objetivos a serem alcançados durante o tempo da LA que pode ser de 4 a 6 meses, dependendo da determinação judicial.

É um momento a ser desvinculado da penalização e entrelaçado ao vínculo profissional – adolescente, na tentativa de novas perspectivas ou até mesmo para que o jovem se afirme sem ser julgado.

O objetivo da LA é promover socialmente o adolescente e sua família e também o fortalecimento de vínculos familiares, além de reforçar a importância da inserção; a frequência escolar, pretensão a profissionalização e ainda incentivo ao esporte e cultura, a fim de construção de alternativas a atos infracionais.

### **Semiliberdade**

Permite-se que inicialmente a semiliberdade seja uma forma de progressão para o meio aberto. Permite também que o adolescente possa exercer atividades externas, independentemente de autorização judicial e também reafirma a obrigatoriedade a escolarização e a profissionalização.

### **Internação**

Art. 121 do ECA: A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando:

- I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;
- II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves;
- III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

A internação é a medida privativa de liberdade mais severa no ECA, por manter o adolescente fora da sociedade e do âmbito familiar, ou seja, é a restrição total de liberdade, em instituições públicas, como a Fundação CASA, entretanto não deve exceder a três meses. Possui o caráter pedagógico, que visa à reintegração do jovem em conflito com a lei na vida social e também sancionatório, em resposta à sociedade pela lesão decorrente da conduta típica praticada.

Nessas instituições os adolescentes estudam, pois tem escola, fazem cursos profissionalizantes, oficinas, mas em contrapartida estão vigiados pelo judiciário. Também passam por acompanhamento com uma equipe multidisciplinar e elaborado um PIA.

A medida socioeducativa é resposta do Estado mediante ao ato infracional, de caráter jurídico impositivo, sancionatório e retributivo, cuja sua efetivação é na tentativa de reduzir a reincidência, desenvolvida com finalidade pedagógica-educativa. É impositiva, pois a medida é aplicada independentemente da vontade do infrator; sancionatório, porque, com sua ação ou omissão, o infrator quebrou a regra geral da sociedade e retributiva, na medida em que é uma resposta do Estado à prática do ato infracional praticado.

Seu objetivo nem sempre é eficaz, uma vez que o número de adolescente infratores aumentam gradativamente, possivelmente devido ao aumento significativo da falta de oportunidade para os jovens mais pobres, com o corte das políticas públicas a esse mesmo usuário o caminho aparentemente mais fácil, atrai esses adolescentes na perspectiva de sentirem-se principalmente pertencentes a sociedade.

Muitas críticas são feitas referentes a efetivação das medidas socioeducativas, entretanto se for observado e atenção aos adolescentes, criação de políticas públicas e oportunidades equânimes, muitas são as chances de diminuir a necessidade das MSE.

## PARTE II

### AS POSSÍVEIS CAUSAS DA INFRAÇÃO

Quem são esses adolescentes que estão em conflito com a lei (cor, gênero, ensino, lugar de habitação)? Quais são os atos infracionais que estão cometendo? São dados que estão sendo levantados pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE<sup>8</sup>) desde sua implantação em 2009 até o último realizado em 2016.

Nota-se a partir de dados do SINASE de 2012, que a maioria dos adolescentes em conflito com a lei estão no Estado de São Paulo (SP) com total de 9.572 jovens onde sua maioria são do gênero masculino (9.180) e curiosamente 6.268 são negros e pardos, coincidentemente, ao observar dados estatísticos de 2010 do Ipeadata<sup>9</sup> os maiores índices de desempregados, analfabetos ou com evasão escolar, morando em casa subnormal “*O que caracteriza um aglomerado subnormal é a ocupação desordenada e, quando de sua implementação, não haver a posse da terra ou o título de propriedade. É também designado por “assentamento informal”, como por exemplo mocambo, alagado, barranco de rio, etc.*” (IPEA, 2014) e com as menores rendas per capita são jovens negros, sendo em sua maioria de São Paulo, uma vez que a quantidade de habitantes nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, são as maiores da região sudeste.

---

8 A implementação do SINASE objetiva primordialmente o desenvolvimento de uma ação socioeducativa sustentada nos princípios dos direitos humanos. Defende, ainda, a ideia dos alinhamentos conceitual, estratégico e operacional, estruturada, principalmente, em bases éticas e pedagógicas. (2006, p.16)

9 O Ipeadata é uma base de dados macroeconômicos, financeiros e regionais do Brasil mantida pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Com acesso gratuito, oferece também catálogo de séries e fontes, dicionário de conceitos econômicos, histórico das alterações da moeda nacional e dicas sobre métodos e fontes utilizadas.



O contraste refletido entre o perfil traçado pelo SINASE e os dados socioeconômicos levantados pelo IPEA, leva a outro questionamento como: Por que os adolescentes estão infracionando? E possivelmente a resposta para tal, seria pelos fatores socioeconômicos, falta de ensino regular e consequentemente superior além da falta de cursos profissionalizantes e a não inserção no mercado de trabalho (Jovem Aprendiz) e falta de condições financeiras, que é perceptível com base na descrição dos atos infracionais mais cometidos em SP: roubo (4.604) e tráfico (3.742), pois são fontes de “lucro” para obtenção de objetos que a sociedade visibiliza, ou seja poder, bens de consumo (tênis, celulares, festas com bebidas alcoólicas de luxo) e sobretudo a distorção da felicidade.

Entretanto não é somente no *nível estrutural*, ou seja, condições socioeconômicas que puxam os adolescentes ao ato infracional, segundo Junqueira e Jaycob (2006) remetendo a pesquisa de Simone de Assis (1999), existem outras esferas que atraí os jovens aos delitos, a perspectiva *sociopsicológica* que “*se refere ao grau de controle das instituições - família, escola, grupo de amigos, entre outras - em relação aos adolescentes*”(p.2;3) e o *individual* referente “*aos aspectos biológicos e psicológicos: os mecanismos internos dos jovens.*”(p.3)

Sem desconsiderar os fatores sociais, ainda assim é necessário observar características que os diferem, pois senão ocorre uma generalização dos adolescentes infratores, na condição de que todos com um mesmo perfil socioeconômico (baixa renda e negro) irão estar em conflito com a lei.

É então a partir dessa visão que o assistente social deveria pontuar individualmente tal expressão da questão social<sup>10</sup>, que em alguns casos podem estar intrínsecos a demais expressão da questão social, como o uso de drogas; a constituição familiar, em sua maioria monoparental, composta apenas por um dos pais; e afirmação de capacidade para o meio em que estão inseridos.

[...] Assim, considera-se tal problemática uma das particularidades da questão social na área da infância e da juventude, definida por Iamamoto (1998 e 2002)<sup>3</sup> como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista.” (Junqueira e Jaycob, 2006 p.4)

---

10 a questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas, culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização (2002, p. 26).

Para tal percepção é necessário a escuta desses adolescentes visando atentar-se as suas histórias de vida e suas particularidades, sem desvincular do sistema da sociedade atual. É nessa conjuntura que essa pesquisa desenvolve -se, utilizando como forma de observar estes sujeitos, o livro transcrito a partir do documentário “Falcão: Meninos do tráfico”.

Este livro inicialmente, é um documentário gravado pelo rapper MV Bill e o produtor Celso Athayde, transcrito em 2006, mostra a realidade de 17 jovens periféricos que atuam no mundo do tráfico. O texto não tem como finalidade apresentar soluções para o crime na adolescência, nem análise crítica às desigualdades sociais ou aos adolescentes em conflito com a lei, tem somente como objetivo narrar histórias de vidas, onde os jovens sentem-se seguros para falar como são, o que fazem e querem de fato.

Diversas entrevistas e narrativas descritivas e intensivas são feitas ao decorrer das páginas, contudo para a pesquisa em questão será utilizado algumas entrevistas que principalmente fujam da generalização: jovem – negro – periférico – traficante, e mostrem suas individualidades enquanto sujeitos do meio em que estigmatizado em que vivem e como narram Bill e Athayde (2006) *“Já é tempo de sairmos do pequeno território que ocupamos para nos apresentarmos no panorama social do país como pessoas conscientes. Como cidadãos que somos.”*

As identificações dos adolescentes citados na pesquisa serão mantidas de acordo com o nomeado no livro, idade e etnia nem sempre serão definidos, mas aproximados de acordo com as narrações.

## **Entrevista 1**

A primeira entrevista é retirada do capítulo “Partida de Futebol”, págs. 179 à 185, feita com o “De verde” nome fictício caracterizado pela cor do shorts que o jovem utilizava.

‘De verde’ é um jovem menor de idade na faixa dos 16 – 17 anos que trabalha na produção das drogas, ou seja, o conflito com a lei é o tráfico de drogas. Mora com a mãe e não cita informações sobre o pai, relata também ter um filho e está no segundo ano do ensino médio. Afirma que as condições familiares não são as melhores e que mesmo que a mãe trabalhe,

passam por dificuldades, por estar esgotado de não conseguir ao menos ir à escola devido ao preconceito que carrega por morar no morro, nem oportunidades de emprego, para não ver o filho e a mãe passarem fome, acabou entrando para o mundo do tráfico.

Entretanto o jovem diz que o tráfico é “*um ambiente desagradável*” e que não é bandido, portanto deseja parar com essas atividades, pois sabe que “*essa vida não leva nada*”, mas para isso precisa de uma oportunidade que possa garantir um futuro melhor e o ajude a realizar seus sonhos que são: “[...] *uma moto importada, [...] ter uma casa pra eu botar minha família [...]. Eu não quero ser rico não [...] só pra minha mãe chegar em casa, e aí filho? Pô, a geladeira tá lá, mãe, tá cheia, a feira tá aí.*”

Essa entrevista afirma que não se pode desvincular a sociedade desigual em que vivemos ao envolvimento de adolescentes com atos infracionais. A total violação de direitos básicos (alimentação e educação), a castração das políticas públicas, e falta de oportunidades concretas, acabam “jogando” os adolescentes em um mundo que nem sempre é o que eles desejam. “De verde”, diversas vezes relata sobre a invisibilidade dos mesmos não só para a sociedade, mas principalmente para o governo.

[...] um cara que nem era pra estar aqui. Mas isso aí é o que os governante quer, é o que governador quer, é ver nós aqui mesmo. Porque ele não liga pra nada. Não dá o direito nosso de defesa, não dá um emprego[...]. Nós temos que ter faculdade. Como que nós vamos arrumar trabalho, então? Então, a gente é obrigado a recorrer, porque muitas vezes a gente não quer aí, ó. (p.180)

E ainda em outra afirmação, quando questionado sobre a possibilidade dos filhos crescerem e entrar para o mundo do crime, devido ao seu exemplo, o jovem diz que “*Se o governo não melhorar nada, tá predestinado a seguir o mesmo caminho que o nosso aí [...] é isso aí é uma coisa que como pai eu não quero.*” De fato, as expressões da questão social em sua história percorrem desde quando o mesmo ainda era criança até o futuro de suas próximas gerações.

A pobreza, a fome, desemprego e a criminalidade, são ciclos contínuos, gerados também pela má distribuição de renda, acúmulo de capital e exploração da força de trabalho crescentes em nossa sociedade, formaliza a impossibilidade de materiais necessários para a sobrevivência – a casa, a geladeira “cheia” – e também de bens que são ofertados pelo sistema, no caso do “De verde” a moto importada, explicitado no texto de Iamamoto:

[...] o processo de acumulação ao realizar-se faz crescer o fosso das desigualdades entre as classes sociais – a acumulação da riqueza e da pobreza –, o que, por sua vez, restringe a capacidade de consumo das mercadorias produzidas. (2013, p.330)

Ainda no viés, do consumo de bens de luxo, Freud em seu texto ‘O mal-estar na civilização’ inicia dizendo:

É impossível fugir à impressão de que as pessoas comumente empregam falsos padrões de avaliação – isto é, de que buscam poder, sucesso e riqueza para elas mesmas e os admiram nos outros, subestimando tudo aquilo que verdadeiramente tem valor na vida. (1930, p.2)

Atualmente a linguagem dos adolescentes periféricos é baseada no mundo ‘ostentação’, produzido pelas mídias da cultura do funk, que em sua maioria são das favelas cariocas e paulistas, tornou-se um dos principais ideais de vida, todavia nem todos possuem as mesmas oportunidades de terem suas composições musicais nas paradas de sucesso para acumularem dinheiro necessário a esse padrão – veículos importados, roupas, tênis e perfumes de grife, joias, bebidas alcóolicas de luxo, celulares de última geração – restando somente duas possibilidades na visão desses adolescentes para alcançar seus objetivos ostensivos: o roubo e o tráfico, visto que a precarização do ensino público e a falta de empregos que gerem renda suficiente não os permitem atingir seus ideais.

Contudo todo esse universo, é perceptível que os valores básicos e necessários da vida estão invertidos e são ilusórios, uma vez que matéria se desfaz rapidamente, é nessa perspectiva, nesses casos, que o trabalho do a.s. com os adolescentes em conflito com a lei poderia ser uma desconstrução do que a sociedade valoriza para a construção de novas possibilidades do que é realmente importante a partir de suas realidades?

## **Entrevista 2**

Essa entrevista é retirada do capítulo ‘Os terroristas’, onde são entrevistados diversos menores, mas o sujeito aqui é o ‘Menor 3’, que tem 12 anos de idade, mora com a mãe, a avó, primas e irmãs e recentemente perdeu o pai. Não frequenta o ensino fundamental, e é um ajudante (denominado ‘fiel’ – *“jovem que serve ao crime; gíria que quer dizer amigo”*) dos traficantes da região.

Entrou para o crime pois diz que seus os amigos, sempre o fortalecem quando precisam, dão dinheiro em troca de favores, explicado pelo adolescente como: *“Em troca, eles pede para fazer alguma coisa tipo como comprar lanche, comprar gasolina pras motos. Eu vou lá e faço.”* E também, começou a fazer parte do meio pois acredita que ganham respeito quando estão no tráfico. Quando pergunta-se o que gostaria de ser quando crescer, responde *“médico...doutor de parto...[...]ser médico de alguma coisa.”*, entretanto quando a mesma pergunta é realizada novamente, com a mudança no verbo gostaria para querer a resposta muda para *“Ah, quero ser bandido”*, e é dada a partir da realidade com o qual se identifica, demonstrando que o vontade de ser médico é utópica.

Pode perceber que a vontade de ser envolvido com o crime vêm da personificação da imagem do chefe do tráfico às vezes como o “herói” da comunidade, o homem ideal pelo padrão de vida financeiro, pela falsa proteção que transmitida por estar no tráfico devido aos conflitos entre facções ou com a polícia, e em outras vezes pode ser a representação do companheirismo (fiel, como chamado por eles), além da ostentação como citado na entrevista anterior.

Tais idealizações acabam por interferir na personalidade da maioria das crianças e adolescentes que convivem diariamente com o tráfico na “porta de suas casas”, como cita Levisky , no texto *Adolescência pelos caminhos da violência*: *“Na adolescência os ideias pessoais, sociais, sistema éticos e morais constituintes do ego e do superego, em níveis de consciente e inconsciente se conflitam com as experiências e restauram a identidade em múltiplos aspectos [...]”* (p. 26).

Nessa visão o trabalho do assistente social, poderia ser voltado a capacidade de desconstrução do adolescente sobre a figura do chefe do tráfico, a partir do envolvimento com outras figuras que possam ser exemplos e tenham origem na realidade desse adolescente, como por exemplo o rapper MV BILL, que traz em sua história o envolvimento com o crime e como é possível sair desse meio e conquistar outras dimensões, mesmo que sejam jovens periféricos.

### **ENTREVISTA 3**

O ‘menor 5’ é entrevistado no capítulo “Os terroristas” por Celso Athayde. O ‘Menor 5’ tem entre 14 e 16 anos de idade, relatou apenas sobre a mãe e o irmão, somente a mãe trabalha, e sabe de sua participação com o tráfico de drogas, mas pede para que o mesmo não continue. Não relata se frequenta a escola.

Está atuante no tráfico de drogas, na área de transporte e venda de mercadorias. Entrou inicialmente por falta de condições financeiras, mas rebate dizendo que não houve direcionamento dos pais para o manter afastado de atos infracionais. Diz também que os benefícios de participar do tráfico é o fortalecimento e melhores condições para a família. Quando questionado sobre o futuro, gostaria de ser jogador de futebol, todavia acredita já ser tarde devido a sua idade e achar que existem meninos melhor do que ele.

O principal ponto dessa entrevista é quando o adolescente relata: *“Pô, porque, tipo assim, os pai não dá uma explicação maneira do que é o bagulho. Aí fica como? Olha esses menor aí, fica tudo parado atrás de nós, começa a fazer missão pra nós, ver nós fumando, aí começa [...] E assim vai...”* (p. 140)

A falta da presença familiar pode ser uns dos principais fatores para o envolvimento do adolescente com o mundo do crime, principalmente quando há ausência da figura paterna (independente da biologia), para Levisky (1998) o a simbologia do pai é a lei, o que denominado como ‘lei paterna’, quando inexistente, pode acabar levando adolescentes a infracionarem. E essa ausência não necessariamente é a física, mas *“principalmente, ausente na vida intrapsíquica<sup>11</sup> da criança”* (p. 115)

Outro fator explicitado pelo autor é que nesses casos onde há falta da presença paterna é que:

[...] não somente nas famílias de baixa renda, mas também nas de maiores recursos, tendo como fator comum a ausência de uma lei paterna nessas constelações familiares. (p.126)

Ou seja, a falta da família leva adolescentes pobres e ricos a infracionarem, isso devido a família ser um dos papéis mais importantes na formação do ser, entretanto percebe-se que na família de adolescentes em vulnerabilidade a social, a ausência é devido à diversas expressões da questão social, como pais que lidam com o uso abusivo de drogas, violência doméstica,

---

<sup>11</sup> Intrapsíquico é algo que está ‘dentro da mente’. Referente a qualquer processo mental ou psicológico.

pobreza por conta dos inúmeros trabalhos informais que são submetidos por falta de trabalhos que garantem uma remuneração e condições necessárias, para suprir as necessidades básicas e possibilitar maior tempo de convivência entre essas famílias.

Tais fatores podem quebrar os vínculos afetivos familiares, fazendo com que os adolescentes criem novos laços com os grupos de amigos que preenchem o lugar de atenção de seus familiares, e em alguns casos, tal atenção é encontrada com os chefes do tráfico.

Nessa interpretação que o trabalho do a.s. é em conjunto com o adolescente e sua família, em busca da história, realidade, necessidades do núcleo, independentemente de sua composição. Espera-se também a restauração dos laços afetivos, para afastar o adolescente dos atos infracionais. E como citado no artigo de Freitas e Mesquita “[...]a família volta ao cenário político de discussão, debate e intervenção e torna-se o centro das políticas de proteção social, especialmente das políticas sociais.” (2011, p. 13).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do que foi exposto, percebe-se que há alguns motivos que levam os adolescentes a cometerem atos infracionais que ainda que não sejam dissociados dos fatores socioeconômicos, possuem suas particularidades, visto que são sujeitos, e cada um possui sua individualidade.

Visto que são sujeitos de direitos, os adolescentes em conflito com a lei, têm a necessidade de serem ouvidos a partir de suas óticas e serem respeitados por suas opiniões, que são formadas pela realidade e a construção social de cada um deles, o que não impede de ser proposto a desconstrução, do que é a vida do crime, juntamente com a oferta de oportunidades a partir de oficinas, cursos de profissionalização, incentivo à educação e grupos culturais, que sejam de interesse do jovem e possibilitem à abertura a novos horizontes distante de atos infracionais.

Mesmo com essas estratégias profissionais, é importante também que o trabalho do assistente social no atendimento com adolescentes em conflito com a lei, seja multiprofissional com psicólogo e pedagogo, pois é através do mesmo que a possibilidade de uma efetiva desvinculação ao mundo do crime.

O psicólogo a partir de sua visão trabalho, compõe a equipe principalmente no viés de fomentação com a personalidade do adolescente e de como a mesma interfere na sua relação com atos infracionais, de observação das relações sociais e familiar a partir de que o mesmo passa a cumprir uma MSE, o comportamento desse jovem, em atendimentos em grupos e com



os técnicos, e também na percepção das alterações que a MSE têm feito na vida psíquica do adolescente.

Já o pedagogo, pode explorar as potencialidades dos adolescentes enquanto indivíduo e nos grupos, fazê-los compreender o melhor de si no lado profissional, cultural e intelectual. Visar também suas dificuldades com a escola e o ensino regular e a partir disso pensar em estratégias, visando a educação popular e a aproximação com suas realidades, para tentativa de término dos estudos.

Sendo assim a equipe de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei, e as equipes multidisciplinares em geral, segundo Veloso:

[...]não pode ser definida como um conjunto de trabalhadores, na qual cada um desempenha uma função específica. As equipes devem compor-se de profissionais de formações diferentes, respeitando-lhes as especificidades, garantindo-lhes a multiplicidade de suas tendências e a troca de experiências. (p.6)

Outro ponto a ser destacado é:

“O assistente social é um dos mediadores do Estado na intervenção dos conflitos que ocorrem no espaço privado, particularmente nos âmbitos doméstico e familiar, atuando prioritariamente nas Varas da Infância, Juventude e Família, nas dramáticas manifestações da questão social, expressas pela violência contra a mulher, a infância e a juventude, as situações de abandono e negligência familiar, o abuso sexual, a prostituição, a criminalidade infanto-juvenil” (Raichelis, p.11)

O trabalho do assistente social mediante ao judiciário no caso de adolescentes em conflito com a lei, é de defesa dos direitos dos mesmos, enquanto sujeitos protegido por uma lei específica, ECA, uma vez que a função do judiciário é o julgamento e condenação, acaba resultando na generalização dos adolescentes e os tachando apenas como mais um “trombadinha”, esquecendo de suas especificidades e necessidades.

Cabe aos relatórios profissionais enviados à vara da infância e juventude, expressar a realidade de cada adolescente, de suas famílias, suas potencialidades e falta de oportunidades. Vale ressaltar que na visão dos adolescentes o técnico do lugar onde o mesmo está cumprindo a sua MSE, é uma extensão do juiz, ou um segundo juiz e por esse motivo, não se sente a vontade para expressar quem realmente são, fazendo-os então criar uma “barreira”, que impede o técnico de ver a realidade a partir do olhar do adolescente, convém a equipe desmistificar essa ótica do jovem, respeitando todos os seus momentos de fala.

E por fim, compreende-se que mesmo com todos os fatores apontados, o ato infracional é uma escolha do adolescente, mas essas escolhas são intrínseca às suas relações familiares, as condições financeiras, os grupo de amigos, a sociedade como um todo, porém o trabalho do assistente social e da equipe juntamente com a família; a escola e o estado, utilizando da cultura de suas realidades (funk, o rap, grafite) com o objetivo de desatá-lo do mundo do crime, apresentar-lhe novas escolhas.

“Jovem, preto, novo pequeno  
Falcão fica na laje, de plantão, no sereno  
Drogas, armas, sem futuro  
Moleque cheio de ódio, invisível no escuro  
É fácil vir aqui e mandar  
matar, Difícil é dar uma chance  
à vida [...]”  
Falcão – MV Bill

## REFÊRENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Mauricio. **Adolescência Normal:** Um enfoque psicanalítico. 8 ed. Porto Alegre: Artes Médicas do Sul, 1989. 92p.

BILL, MV; ATHAYDE, Celso. **Falcão: Meninos do Tráfico.** 1º ed. Rio de Janeiro. Objetiva, 2006. 252 p.

BLAY, Eva. **Adolescência: Uma questão de Classe Social e Gênero.** In: LEVISKY, David Léo et al (Org.). **Adolescência e Violência:** Consequências da realidade brasileira. 3. ed. São

Paulo: Casa do Psicólogo, 2000. 143 p. (págs. 35-39)

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Lei 8069, Brasil, 1990.

FREITAS, Rita de Cássia S; MESQUITA, Adriana de Andrade. **As novas expressões da “questão social” e as famílias brasileiras: reflexões para o Serviço Social.** Encontro Nacional de Políticas Sociais; 2011. Disponível em:  
[https://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097\\_enps%20-%20fam%EDias%20e%20quest%E3o%20social.pdf](https://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097_enps%20-%20fam%EDias%20e%20quest%E3o%20social.pdf)

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização (1930)**, Edição Eletrônica das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Versão 2.0. Rio de Janeiro, 2000

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais.** SER social, Brasília, v.15, n. 33, p261-384, jul. / dez. 2013  
Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada - **IPEA** - Relatório econômico. Brasília; 2014

LEITE, Ligia Costa. **Meninos de Rua:** A infância excluída no Brasil. 5. ed. São Paulo: Atual, 2009. 111 p.

LEVISKY, David Leo (org.). **Adolescência: pelos caminhos da violência: a psicanálise na prática social.** Casa do Psicólogo, São Paulo, 1998.

MILLS, C.W. **A imaginação sociológica.** 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

OLIVEIRA E SILVA, Maria Lidiuina de. **Entre Proteção e Punição:** o Controle Sociopenal dos Adolescentes. 1. ed. São Paulo: Editora UNIFEP, 2011. 248 p.

RAICHELIS, Raquel. **O trabalho do assistente social na esfera estatal.** In: Conselho Federal de Serviço Social; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

RAMOS JUNQUEIRA, Maíz; JACOBY, Márcia. **O olhar dos adolescentes em conflito com a lei sobre o contexto social**. Textos & Contextos, vol. 5, núm. 2, pp. 1-18 Porto Alegre – RS, 2006

ROSSATO, Luciano, et al. **Estatuto da criança e do adolescente**: Comentado artigo por artigo. 8. São Paulo: Saraiva, 2015. 695 p

Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo - **SINASE**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: CONANDA, 2006.

VELOSO, Lourdes dos Santos. **Participação do assistente social em equipes multidisciplinares de saúde - um relato de experiência**. 4º Simpósio mineiro de assistentes sociais. Minas Gerais, 2016. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/39/397c4d3e-111c-4e38-bf90-ce85f5c44b4b.pdf>

## ANEXOS

Quadro 1 – Leite, 2009 p. 47 e 4

	<b>Código de Menores (6 697/79) e lei nº 4 513/64</b>	<b>Estatuto da Criança e do Adolescente</b>
Base doutrinária	Menor deve ser tutelado por lei, e medidas judiciais deverão ser aplicadas quando ele se encontrar em “situação irregular”.	Proteção integral sem discriminação de qualquer tipo a toda a população de 0 a 18 anos.
Concepção política e social implícita	A lei serviu de instrumento de controle social de vítimas de situações de omissão por parte da família, da sociedade e do Estado.	Objetiva fornecer instrumentos para assegurar os direitos básicos a toda criança e adolescente, e proteção especial aos mais vulneráveis socialmente.
Objetivo	Normatizar a assistência a menores entre 0 e 18 anos, que se encontrem em situação irregular, e entre 18 e 21 anos, nos casos previstos em lei, através da aplicação de medidas “preventivas e terapêuticas”, definidas unicamente pelo juiz.	Garantia dos direitos pessoais e sociais, através da criação de oportunidades e facilidades que visem ao seu desenvolvimento físico, mental, moral e social, em condições de liberdade e respeito.
Visão da criança e do adolescente	Menores em “situação irregular” é objeto de medidas judiciais. Aqueles classificados como: a) carentes; b) abandonados; c) infratores.	Sujeito de direitos. Fase de desenvolvimento, peculiar ao ser humano.
Papel do juiz e direito de defesa	Poder diante da decisão judicial, já que não exige fundamentação das decisões de aplicações de medidas “preventivas e terapêuticas”, apreensão ou confinamento dos menores. Aqueles acusados de infração penal são “defendidos e acusados” pelo mesmo curador de menores (promotor público).	Direito de defesa amplo, com todos os recursos inerentes. Garante ao adolescente presunção de inocência e defesa por profissional habilitado (advogado ou defensor público). Limita o poder absoluto do juiz.
Apreensão	Preconiza a prisão cautelar, a qual era inexistente no Código Penal, para os maiores de idade, mas era aplicada aos menores.	Restringe a apreensão a dois casos: a) flagrante no delito da infração; b) ordem expressa e fundamentada do juiz.
Internamento	Aplicável a crianças e adolescentes por pobreza, sem prazo e condições determinados, desde que haja “manifesta incapacidade dos pais para mantê-los”.	Aplicável a adolescentes autores de ato infracional grave, obedecidos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar da pessoa em desenvolvimento.
Execução da política social	Medidas previstas normatizadas e executadas por: a) Política Nacional de Bem-Estar do Menor (Funabem e Febem); b) Segurança Pública; c) Justiça de Menores.	a) políticas sociais básicas; b) políticas assistenciais (com caráter supletivo); c) conselhos de proteção e defesa dos direitos ao desenvolvimento físico, psíquico e social; d) proteção jurídico-social.

